



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
Baixada Fluminense, PT e os anos 80: um estudo sobre a contra-hegemonia			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Jefte Pinheiro Junior	Colégio Brigadeiro Newton Braga	CBNB	Professor
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A pesquisa que será apresentada se dedica à formação do Partido dos Trabalhadores (PT) na região da Baixada Fluminense, valendo-se do estudo particular de dois municípios: Duque de Caxias e Nova Iguaçu. A construção do PT situa-se num momento de crise da ditadura militar, especificamente na virada das décadas de 1970 para 80, ocasião em que as classes trabalhadoras no país retomavam a iniciativa política de massas. O PT, portanto, é fruto do esforço do proletariado brasileiro em recompor-se politicamente após a debacle provocada pela repressão da ditadura pós AI-5. Esse esforço de reorganização atravessou diversas frentes de atuação que confluíram durante a construção do novo partido, sendo este, conseqüentemente, fruto da colaboração de militantes de diversas origens. Faz parte do escopo desse estudo apresentar críticas a algumas abordagens sobre o PT que generalizam a experiência de apenas uma parcela dessas forças constitutivas do partido. Por conseguinte, o exame da constituição do PT na Baixada Fluminense se dedica a, além de apresentar essa trajetória em si, defender uma determinada teoria a respeito do partido. A principal hipótese é mostrar que o PT representava, na perspectiva de Gramsci, uma fase avançada na experiência da classe social a que se vinculava, o que não pode ser entendido a partir de alguns reducionismos muito comuns no meio acadêmico – que o qualificam como o partido do “novo sindicalismo”, de “classe média” ou da “Igreja Católica”.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Partido – Hegemonia - Gramsci			
ABSTRACT			
<p>The research to be presented is dedicated to the formation of the Worker's Party (PT) in the suburbs, taking in consideration the particular study of two cities: Duque de Caxias and Nova Iguaçu. The construction of the PT is due in a moment of a crisis of the military dictatorship, specifically at the verge of the 70's to the 80's, moment in which the working classes inside the country regained the political initiative of the masses. The PT, therefore, results from the efforts of the Brazilian proletariat to rebuild itself politically after the bad repercussions caused by the repression of the dictatorship after AI-5. This reorganization effort came across several fronts that converged during the construction of the new party, which is, consequently, a collaboration of activists from several backgrounds. Is part of the scope of this study provide some criticism to a few approaches concerning the PT that generalize the experience of only a portion of these constitutive forces of the party. Therefore, the examination of the constitution of the PT in the suburbs is dedicated to, beyond present this trajectory itself, defend a particular theory about the party. The main hypothesis is to show that the PT represented in the perspective of Gramsci, an advanced stage in the experience of social class in which it was linked, which can not be understood from some reductionism that are very common among the academia - that qualifies it as a party of the "new unionism", or of the "middle class" , or of the "Catholic Church".</p>			
KEYWORDS			
Political Party – Hegemony - Gramsci			

1. AS ABORDAGENS CLÁSSICAS SOBRE O PARTIDO DOS TRABALHADORES.

Há alguma divergência entre os pesquisadores a respeito de que movimento teria lançado inicialmente a ideia de organização do Partido dos Trabalhadores. A importante tese de Eurelino Coelho faz uma abordagem particularmente interessante sobre este tema. Segundo ele, foram

diversos os segmentos da classe trabalhadora brasileira a assumir o projeto de construção de um novo partido classista no final dos anos 70.¹

Essa multiplicidade, todavia, contrasta com a visão dominante nas pesquisas pioneiras sobre o PT, onde se demonstra que o partido teria descendido diretamente (e quase exclusivamente) do “novo sindicalismo” do ABCD paulista.

O livro de Moacir Gadotti e Otaviano Pereira², por exemplo, afirma que

“A idéia da criação do novo partido, oficialmente foi amadurecendo como semente já lançada, desde, por exemplo, a Conferência dos Petroleiros realizada na Bahia, em 1978, com a presença de Jacó Bittar, então presidente do Sindipetro de Campinas e Paulínia.”³

Esta é uma certidão de nascimento mais ou menos presente na maioria dos trabalhos consultados sobre a história do PT. É possível reparar também no foco em torno do sindicalismo de São Paulo, já que a verbalização da ideia na Bahia precisou da posterior explicitação da presença de representantes do estado na conferência. A este evento, segue-se uma reunião em 11 de dezembro do mesmo ano no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, onde a proposta de criação do partido foi apresentada novamente por Lula, Paulo Skromov, José Cicotte e Jacó Bittar.⁴ O livro continua sua narrativa citando uma série de eventos da agenda de construção do PT que culminam na distribuição da “Declaração política de São Bernardo”, em 13 de outubro de 1979.

O estudo de Leôncio Rodrigues⁵, percorre caminhos um pouco distintos da maioria das outras pesquisas que versam sobre o PT. Sua proposta é olhar criticamente alguns consensos fundados nos trabalhos pioneiros sobre o partido.⁶ Para ele, em linhas gerais, a maioria dos autores sustentam que o PT seria uma grande inovação na política brasileira, e que sua singularidade, no fundamental, se deveria ao encontro entre as propostas de socialismo e democracia.⁷ Opondo-se frontalmente a estas teses, Leôncio Rodrigues sugere que se há uma particular característica do

1 COELHO, E. **Uma esquerda para o capital**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2005, mimeo., pp 50-53.

2 GADOTTI, M. e PEREIRA, O. **Pra que PT – Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

3 Idem, ibidem, p. 28.

4 Id., ibid., p.29.

5 RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos. Escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática, 1990.

6 No caso, são citados pelo autor os textos de: WEFFORT, Francisco – artigos de jornal; MENEGUELLO, Rachel. **PT. A formação de um partido – 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989; MOISÉS, José Álvaro. “Partido de massas: democrático e socialista” In SADER, Emir (org.) **E agora PT?** São Paulo: Brasiliense, 1986; KECK, Margaret. **A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991. Nota-se que, à exceção de Margaret Keck, são todos intelectuais envolvidos diretamente na organização do PT. Neste particular, seria possível também acrescentar o livro de Moacir Gadotti e Otaviano Pereira.

7 Os significados dos termos socialismo e democracia estão no centro dos embates políticos sobre o PT, e da esquerda de uma maneira geral. Não seguiremos adiante aqui, pois certamente nos distanciaríamos demais do ponto em que pretendemos chegar mais à frente. Cumpre apenas registrar a interessante abordagem deste assunto presente em FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento**. São Paulo: Cortez, 1991. O texto foi elaborado como uma contribuição ao primeiro congresso do partido.

partido é a de que nele convivem frações políticas muito distintas, cujas relações nem sempre seriam harmoniosas.

Há alguns outros pontos que precisamos destacar nesta abordagem. O primeiro deles é fato de que, para o autor, o que unificaria estes diferentes segmentos políticos em um só partido seria a ligação comum à Igreja Católica.

“Referimo-nos, em primeiro lugar, à tese de que o PT, por ter surgido do movimento sindical e dos movimentos sociais e populares, seria um partido que ‘veio de baixo’. Essa afirmação encerra apenas meia-verdade e faz crer que o partido surgiu única e exclusivamente dos pobres, dos dominados, das massas de trabalhadores, enfim, de todos os que estão colocados à margem das instâncias de poder. Na realidade não foi bem assim. O PT surgiu dos movimentos sociais, mas dos movimentos sociais controlados ou influenciados pela Igreja Católica, que está longe de ser, no Brasil, uma instituição fraca, marginal ou ilegítima.”⁸

O segundo ponto de vista do autor que queremos registrar, também no caminho de comprovar a impropriedade do PT como um partido operário, é o que Rodrigues vai chamar de adesão em massa da intelectualidade ao partido no decorrer da década de 80 – setor que se tornaria dominante nas instâncias de direção do partido em 1988.⁹ Assim, conclui, “*o PT deveria ser entendido do ponto de vista sociológico como um partido de classe média ou, mais exatamente, de um setor das classes médias.*”¹⁰

Por último, em pelo menos uma questão o livro de Leôncio Rodrigues não se distancia muito de seus objetos de crítica, que está no fato de relacionar a origem do PT às iniciativas tomadas pelos sindicalistas paulistas. Apenas considera outro evento genitor: um lançamento público do partido realizado no XI Congresso dos Metalúrgicos na cidade de Lins (SP), em janeiro de 1979¹¹. Justamente numa data localizada entre o discurso de Lula na Bahia em 1978 e a distribuição da declaração de São Bernardo em outubro de 79.

Em relação às origens do PT, Rachel Meneguello, numa pesquisa que se tornou referência sobre a formação do partido, adota uma postura um pouco mais generalista. Para ela, o debate a respeito da formação do partido começou a circular no meio sindical brasileiro em fins dos anos 70.¹² Ainda segundo a autora, o PT emergiu como uma novidade na política brasileira no transcurso dos anos de abertura, sendo muito condicionado por este contexto histórico.¹³ Assim, há no trabalho

8 RODRIGUES, op. cit., p. 10.

9 Idem, ibidem, p. 18.

10 Id., ibid. p. 10, grifo do autor. Necessário explicitar que a única definição percebida, do ponto de vista sociológico, para “classe média” no livro é a que reúne profissionais liberais e professores, pp 18-19. Não há para “intelectualidade”.

11 Id., ibid., p. 11. Este encontro produziu um documento que ficou conhecido como a “Tese de Santo André-Lins.” O texto está reproduzido no livro de Gadotti e Pereira, op. cit. na página 32.

12 MENEGUELLO, Rachel. **PT. A formação de um partido – 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 21.

13 A pesquisa citada se concentra em descrever os anos de abertura a partir do jogo político institucional, como sendo resultado tanto de uma inclinação do governo Geisel à abertura como da crescente pressão das vitórias eleitorais do MDB. Interpretação bastante diversa da sugerida aqui.

a tentativa de avaliar o PT através de conceitos teóricos típicos da ciência política, com seu centro de gravidade em torno da arena político-institucional que se modificava no final da década de 70 e no início dos anos 80.

O caminho de Meneguello para abordar as origens do PT também inicia pelo “novo sindicalismo” e o ciclo de greves entre 78 e 81. Para ela, o Brasil dos anos 70 comportava duas “dimensões paralelas”¹⁴: de um lado estavam as alterações no sistema político/partidário, como resultado da política de distensão; de outro a retomada das mobilizações populares. A força capaz de operar o encontro entre os dois paralelos seria a luta por direitos, democracia e ampliação da “cidadania”, que teriam uma natureza basicamente política.

É aí que se encaixa o PT. Ele seria fruto da maioria de um movimento capaz de perceber os limites de seus embates puramente sindicais, sem que estivesse representado no amplo terreno político. Política esta que consistiria na “*luta pela cidadania plena, a conquista dos direitos sociais e políticos e o seu reconhecimento pelo Estado como atores políticos emancipados.*”¹⁵

Desta leitura, fica estabelecido de maneira clara o par de causas que permitem compreender o surgimento do PT.

“O estabelecimento do pluripartidarismo e a ampliação do projeto do novo sindicalismo com novos conteúdos reivindicativos, (...), levaram a que se elaborasse uma proposta concreta de participação no sistema político, a qual se edificasse sobre uma estrutura capaz de englobar a diversidade de setores e o caráter amplo das reivindicações: a proposta de um partido de trabalhadores.”¹⁶

O processo de organização partidário, segundo Rachel Meneguello, pode ser compreendido entre os anos 1979 e 1982. O ano de 1982 seria o da primeira participação do PT nas eleições, ingressando portanto na esfera da política institucional do país. Para a autora, a primeira manifestação pública da intenção de criação do partido também coincide com o discurso de Lula na Conferência dos Petroleiros na Bahia, no ano de 1978. A proposta, entretanto, teria sido lançada formalmente apenas em janeiro de 1979, durante o IX Congresso dos Metalúrgicos que citamos anteriormente. A partir daí as movimentações em prol do partido teriam se intensificado, inclusive com a demonstração pública de certo conflito entre as lideranças engajadas na construção do PT, como na distribuição da Carta de Princípios nas manifestações do 1º de maio de 1979.¹⁷

No final de 1979 seria formada uma organização de militantes em torno do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores (MPT), com instâncias de trabalho regionais e uma Comissão Nacional de 17 membros. O lançamento do partido, organizado pelo MPT, ocorreu no dia 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion de São Paulo. A plenária, com mais de 700 pessoas presentes, escolheu uma

14 Expressão da autora, MENEGUELLO, op. cit., pp. 52-54.

15 Idem, ibidem, p. 54.

16 Id., ibid., p. 56.

17 Id., ibid., pp 66-67. O que teria ocorrido no primeiro de maio, segundo Meneguello, era um desentendimento sobre se seria adequado ou não tratar dos assuntos do partido naquela data.

Comissão Nacional Provisória, responsável por assumir as tarefas de direção e organização do partido.¹⁸

Há uma última questão que a autora traz e que desejamos destacar. Seu trabalho, no esforço de olhar analiticamente para o processo estudado, reúne os militantes do PT em dois grandes blocos. Um primeiro grupo seria composto por sindicalistas, intelectuais, parlamentares e parte dos militantes oriundos de outros movimentos populares, todos “*unidos em torno da concepção do PT como sujeito legítimo de representação, o qual devia efetivamente inserir-se no quadro político-institucional.*”¹⁹ Está bem claro que, em sua interpretação, estes são os autênticos petistas, e que sua legitimidade está comprovada na medida em que empreenderam esforços para a legalização do partido.

O segundo bloco engloba, genericamente, os chamados “grupos de esquerda”. Estes teriam em sua participação no nascente partido duas ordens de estratégia: a primeira seria legalizar o PT e transformá-lo numa grande frente de massas, onde as organizações poderiam acelerar o recrutamento de militantes e tensionar as mobilizações populares à esquerda; ou, no segundo caso, tentar fazer do partido uma organização nos moldes “marxista-leninista”. Ambas deixariam transparecer uma visão excessivamente pragmática do PT, em função de não manifestarem um compromisso efetivo com o movimento político que surgia, mas fazendo dele um instrumento que poderia ou não ter utilidade para as pequenas organizações revolucionárias.

É mais ou menos nessa linha que seguem alguns outros trabalhos acadêmicos sobre o PT, como a conhecida pesquisa de Margaret Keck.²⁰ Estamos de acordo com o exame realizado por Gelsom Almeida²¹, ao constatar que o foco do estudo são as origens do partido (até o ano de 1985), concentrando-se principalmente nas relações deste com o “novo sindicalismo”. Há uma inclinação de tendência institucional ao olhar para a crise da ditadura brasileira (como fruto, no fundamental, de um projeto de poder nascido do próprio regime), e também ao tirar conclusões sobre as consequências da construção do partido nas disputas políticas da “Nova República”.

A tese de Gelsom Almeida dá prosseguimento a uma minuciosa investigação sobre outros trabalhos a respeito do PT e sua história, que não pretendemos introduzir aqui apesar de algumas poucas diferenças de leitura.²² O autor, aliás, sintetiza bem um dos grandes problemas ao se estudar a formação do PT:

“A formação do PT foi realizada por sindicalistas, membros da Igreja Católica (CEB’s, pastorais, etc), organizações de esquerda (trotskistas), intelectuais e alguns

18 Id., *ibid.*, p. 68.

19 Id., *ibid.*, p. 70. Grifos da autora.

20 KECK, Margaret. **A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.** Paulo: Ática, 1991.

21 ALMEIDA, Gelsom R. **História de uma década quase perdida: 1979-1989.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2000, p. 151.

22 Idem, *ibidem*, pp. 151-155.

parlamentares oriundos do MDB. A maior parte da historiografia enfatiza a conexão sindical do PT. O principal problema que resta seria a atribuição do peso exato de cada grupo no processo de formação do PT, considerando ainda a subdivisão de cada um, que não são poucas. Assim, por exemplo, entre os sindicalistas, se encontravam direções e oposições; em ambas, diferentes grupos e tendências.”²³

Mesmo sem resolver a equação proposta por Gelsom é possível iluminar aspectos relevantes da trajetória de organização do partido. Para tanto, analisaremos as principais posturas relativas ao PT, começando por inventariar as questões suscitadas até aqui pelos autores mencionados:

Em primeiro lugar, está a constatação de que o PT é um partido umbilicalmente ligado ao “novo sindicalismo”, movimento cujo epicentro estaria nas categorias industriais da região metropolitana de São Paulo. O calendário que envolve a organização do partido está localizado, com variações discretas, em termos cronológicos entre os anos 78/79 e especialmente na região industrial do ABC paulista. Convém lembrar que 1978 foi um ano de importantes vitórias eleitorais para o MDB, e também marca o início das grandes greves e mobilizações sindicais do final da década de 70.

Em segundo lugar está a expansão do partido. Esta se deu, ainda nos seus primeiros momentos de vida, com a incorporação de camadas intelectuais²⁴, outros movimentos populares e de grupos da esquerda revolucionária que atuavam na ilegalidade. Esta ampliação não aconteceu, em absoluto, de forma homogênea, iniciando uma convivência partidária entre setores com projetos distintos de partido e de sociedade. Este relacionamento, democrático em teoria, seria uma das grandes novidades representadas pelo partido no cenário político.

Em terceiro lugar, não seria possível identificar o PT como um partido operário ou de classe, pois seu processo de crescimento ocorreu com a adesão de outros segmentos sociais (com repetidas referências aos intelectuais e à classe média). Assim, nascia um partido “policlassista” e “plurideológico”²⁵, cujo resultado estaria muito próximo, segundo Leôncio Rodrigues, de um projeto típico da classe média urbana brasileira ou de uma fração dela.

Em quarto lugar, há um certo coro entre alguns dos estudos visitados por nós a respeito de que o PT só foi um projeto viável em função das alterações políticas vividas pelo país. A ditadura brasileira, pressionada pelas vitórias eleitorais da oposição, teria levado a cabo o projeto de abertura e, posteriormente, de reforma partidária, o que abriu espaço para institucionalização de uma fração não representada politicamente da oposição.

Por último, há uma importante divergência a respeito de quais motivos levariam diferentes grupos sociais a conviverem em uma organização policlassista e pluriológica. Para Leôncio

23 Id., *ibid.*, p. 158. Fazemos o registro de uma ressalva: entre as organizações de esquerda que se comprometeram com PT, nem todas se declaravam trotskistas.

24 Muito raramente o termo intelectual foi definido com alguma precisão pelos trabalhos citados, de maneira que permanecemos até aqui com seu uso corrente.

25 Termos utilizados pelos autores.

Rodrigues o que daria liga a estes grupos seria uma ancestralidade comum com a Igreja Católica; para Rachel Meneguello seria a unidade na crítica aos movimentos comunistas ditos “vanguardistas” (no interior do MDB), manifestada em torno das discussões sobre democracia; para Margaret Keck o PT representava uma síntese da sociedade brasileira que se mobilizava em luta aberta contra o Estado totalitário.

2. PT E A LUTA DE CLASSES.

Com o intuito de trazer à análise o conceito de luta de classes, uma primeira observação importante é apontada por Gelsom Almeida²⁶, quando o autor se detém sobre o mito da “novidade” política representada pelo PT. Para ele, este mito diz respeito à construção de um partido identificado com a classe trabalhadora no país, há uma clara obliteração do papel desempenhado pelos comunistas (PCB) na história do movimento operário brasileiro. Esta ação, todavia, seria adequada àqueles que procuravam trilhar um caminho diferente do experimentado pela recente tradição comunista no Brasil, o que de fato refletia as intenções de uma fração significativa do movimento pela construção do PT. A pesquisa realizada por Marcelo B. Mattos, dedicada ao movimento sindical do Rio de Janeiro, ainda comprovaria a força de uma tradição militante que remonta ao “pré-64”, mesmo durante os protestos sindicais típicos do final dos anos 70.²⁷

Parte das discussões mencionadas em torno das definições de socialismo e democracia (muito presente entre os militantes do novo partido) tinham como pano de fundo justamente estas polêmicas. Não se trata, de forma alguma, de problemas típicos do pensamento de esquerda no Brasil. Estes são debates que dividiram opiniões na maioria do grande campo do socialismo ao redor do mundo (e talvez permaneçam ainda em aberto).²⁸ Assim, retomando as reflexões indicadas por Hobsbawm, declarar o PT como uma “novidade” não é uma postura desinteressada a respeito das propostas e plataformas políticas imersas na construção do partido.²⁹

Mesmo quando a “novidade” se refere à composição “plurideológica” do PT, uma rápida olhada na trajetória do movimento socialista mundial (lembrando-se pelo menos do Partido Social

26 Para esta discussão: ALMEIDA, op. cit., pp.142-145. Sua linha de argumentação é apoiada em parte por OLIVEIRA, Francisco. “Qual é a do PT” In SADER, Emir. **E agora, PT?** São Paulo: Brasiliense, 1986. A pesquisa de Eurelino Coelho (op. cit.) iria também perceber que o discurso sobre a novidade representada pelo PT era parte de um deliberado esforço de construção de um determinado discurso hegemônico a respeito do partido.

27 Olhando para importantes categorias do movimento sindical no estado do Rio de Janeiro, como metalúrgicos, metroviários, bancários e professores, Marcelo estuda os diferentes projetos políticos do grande grupo da “oposição sindical” dos anos 70/80. MATTOS, **Novos e velhos sindicalismos**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998 pp. 146-148.

28 Um contato interessante com estes debates pode ser feito através das polêmicas entre Adelmo Genro Filho e João Machado; e também entre Wladimir Pomar e Ozéas Duarte, que publicaram artigos contundentes na revista **Teoria e Política**. São Paulo: Editora Brasil Debates.

29 HOBBSAWM, E. J. “História operária e ideologia” In **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. No artigo, Hobsbawm comenta que a maioria dos pesquisadores de história operária são, eles próprios, simpatizantes ou militantes do movimento.

Democrata Alemão no início do século XX) indicará que também não há aí nada originalmente novo.³⁰ Gelsom, relacionando os debates a respeito do PT com a crise atravessada pela esquerda na época de sua formação, conclui que:

“A argumentação de que o socialismo no Brasil não deveria ser importado de outros modelos não seria apenas uma desconfiança saudável a respeito das experiências do ‘socialismo real’ ou ‘realmente existente’. Esse princípio escamotearia a inexistência de uma cultura política socialista (ou de cultura política), e a falta de uma análise crítica e consistente.”³¹

Dessa maneira, o construto teórico de ser uma “novidade” selecionaria que herança política os petistas – ou a fração que se assumia “autenticamente” petista entre os diversos matizes políticos do partido – reivindicariam do movimento de esquerda ao PT. Se esta era a intenção contida, ao mesmo tempo a ideia encontrava suporte no fato de um Partido com essas configurações ser, em verdade, diferente das organizações tradicionais da esquerda brasileira.

Essa referência aos “autênticos” militantes petistas nos leva de volta ao estudo de Eurelino Coelho e ao “novo sindicalismo”. Isto porque o grupo auto-intitulado como “realmente” petista representava a maior fração dos coletivos que compuseram o PT, e, anos mais tarde, também se tornaria hegemônico no plano doutrinário-político. O autor ainda aponta que as raízes deste coletivo (que pouco a frente – a partir de 1983 – ficaria conhecido como *Articulação*) forjaram sua unidade e sua práxis durante o ciclo de greves do final dos anos 70 e início da década de 80. Pretendemos com isso frisar que a reprodução do mito a respeito da originalidade do PT estar ligada muito intimamente ao núcleo de sindicalistas de São Paulo reproduz, mesmo que involuntariamente, argumentos pertinentes à construção desta hegemonia na política interna do partido.

Para desmontar este discurso, Coelho mostra em sua tese, a partir de uma vasta leitura sobre as mobilizações sindicais do período mencionado, que o movimento sindical irrompido em 78 se desdobrou amplamente nos anos seguintes.³² Se ficaram registradas historicamente as grandes assembleias de metalúrgicos da região do ABC paulista e suas greves, este registro não pode suprimir o avanço alcançado pelo movimento sindical tanto qualitativamente, em direção a outras categorias profissionais, como quantitativamente (pelo crescente número de mobilizações).

Não é casual que os movimentos de São Paulo tenham tido maior atenção, afinal, como se sabe, era lá que pulsava o centro da economia brasileira durante a ditadura. Citando informações levantadas pelo pesquisador Eduardo Noronha³³, o trabalho de Eurelino Coelho mostra também que

30 Para aprofundar melhor esta discussão, há uma interessante crônica que faz uma releitura da 2ª Internacional aos olhos dos impasses da esquerda no século XXI – ROCHA, Ronald. *O movimento socialista no limiar dos impérios financeiros*. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 2006.

31 ALMEIDA, op. cit., p. 144.

32 COELHO, Eurelino. op. cit., pp. 37-38.

33 NORONHA, E. “A Explosão das Greves na Década de 80.” In: BOITO JR., Armando (org). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

no curso do ano de 1979 foram realizadas 246 greves no Brasil, das quais 18% foram de metalúrgicos. Mas os dados mais interessantes são os seguintes:

“Do total de quase 21 milhões de jornadas de trabalho perdidas, 31% foram causadas por greves de metalúrgicos. O restante das greves (82%) e das jornadas perdidas (69%) foram obra da mobilização de outras categorias de trabalhadores (principalmente operários da construção civil, motoristas e cobradores, médicos e professores).”³⁴

Isto significa que foram muitos os segmentos da classe trabalhadora brasileira, mesmo na vigência de um regime autoritário, violento e com regras repressoras ao movimento sindical, que tomaram a ousada iniciativa de contestar abertamente a política econômica, o arrocho salarial e a falta de democracia política no Brasil. Não custa lembrar que em 78 o MDB foi o partido mais votado nas eleições parlamentares, sendo esse também o período de reorganização de alguns importantes movimentos sociais e de proliferação das Comunidades Eclesiais de Base.

Pensar, portanto, o “novo sindicalismo” apartado da luta de classes em geral e concentrado exclusivamente na região de São Paulo é trabalhar de uma maneira que recentemente tem ganhado muita audiência nos trabalhos históricos. Rejeitamos essas referências estreitas e uma concepção histórica minimalista, apegada aos eventos e caótica globalmente. Reiteramos aqui, ao abordar nosso objeto de estudo, acompanhando a proposta de Coelho, a crítica a este tipo de exame histórico em que

“[as] Estruturas e causas foram substituídas por fragmentos e contingências. Não há um sistema social (como, por exemplo, o sistema capitalista), com unidade sistêmica e ‘leis dinâmicas’ próprias; há apenas muitos e diferentes tipos de poder, opressão, identidade e ‘discurso’.”³⁵

Seguimos, portanto, um caminho diverso e reolocamos o PT nos trilhos de uma análise referenciada em estruturas sociais dinâmicas, ou classes. O que unificaria esse processo de insubordinação protagonizado por frações expressivas de trabalhadores brasileiros contra a política da ditadura militar? Diversamente do que argumentou Margaret Keck, o PT não foi resultado da abertura política do regime militar, mas um veículo importante no combate à ditadura. O PT, nos valendo de termos *thompsonianos*, foi fruto da experiência dos trabalhadores brasileiros em sua trajetória de luta aberta contra o regime de exceção, num movimento político complexo que Florestan Fernandes reconheceria como o mais potente da república brasileira.³⁶ Isso não é consequência do enfraquecimento da ditadura militar, mas parte de suas causas.

O estudo de Eurelino Coelho, além dos dados já apontados, traz uma outra reflexão

34 COELHO, op. cit., pp 37-38.

35 WOOD, Ellen. “O que é a agenda ‘pós-moderna’” in FOSTER, J. e WOOD, E. (orgs.) **Em defesa da história**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

36 FERNANDES, F. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 27.

importante. A partir de 1975 começou a circular entre a base metalúrgica da região metropolitana de São Paulo um periódico chamado *ABCD Jornal*.³⁷ Sua edição era de responsabilidade de antigos militantes da Ala Vermelha (fração dissidente do PC do B, que mais tarde ingressaria no PT e seria um dos núcleos do grupo intitulado “Força Socialista”) e circulava muito no meio sindical daquela região, chegando a ter uma edição superior a 100 mil exemplares. Como é de se presumir, no momento em que estourou o ciclo de greves e se iniciaram os debates sobre o PT, essa relação ultrapassou a mera distribuição do periódico. Este é, como outros que citamos no capítulo anterior, apenas um exemplo de como os diversos movimentos sociais, e os diferentes segmentos dos trabalhadores não estavam isolados, mas mantinham intercâmbios, redes de solidariedade e travavam lutas comuns.

Resumi-las simplesmente a uma trama arquitetada pela Igreja Católica tampouco nos parece ser muito lógico. Uma das hipóteses que sustentamos ao observar a formação do PT na Baixada Fluminense (com maior força no caso de Nova Iguaçu), é a de que a militância que manteve relações com a Igreja Católica, a partir do momento em que aprofundou seus compromissos políticos com a práxis do partido, passou a prescindir dos laços religiosos como meio de intervenção na realidade social. Ademais, a esquerda católica jamais chegou a hegemonizar ou dirigir as iniciativas formais da Igreja como parece sugerir a pesquisa de Leôncio Rodrigues³⁸, contando inclusive com a sistemática contrariedade da maioria dos integrantes do clero superior.

Se escrevemos aqui que o PT seria resultado de uma reorganização do proletariado brasileiro (ou fruto de sua “nova configuração” como sugeriu Éder Sader³⁹), é evidente que rejeitamos as teses sobre a impropriedade do partido ter uma natureza classista. E aqui recorremos uma vez mais às importantes reflexões de Eurlino Coelho. Rachel Meneguello⁴⁰ percebeu bem que os militantes que impulsionaram o ciclo de mobilizações a partir de 78, responsável pela intensificação do calendário de abertura da ditadura militar, procuraram canalizar politicamente (e até legalmente) suas reivindicações. E faziam isso a partir de uma lógica própria, de uma plataforma política própria, que em nossa opinião não pode ser restringida à luta por cidadania e ampliação de direitos.

O problema de sua argumentação é encarar as reivindicações dos movimentos populares deste período a partir desta ótica estritamente legalista, e supor que os “novos personagens”, procedendo desta maneira, consideravam o Estado brasileiro e os militares como interlocutores legítimos. Destarte, restaria a luta por dentro da ordem para a “ampliação da cidadania”. Através de uma longa discussão a respeito da condição do proletariado brasileiro sob a vigência do regime militar, Florestan Fernandes sustenta a opinião de que o desenvolvimento das lutas populares

37 COELHO, op. cit., p. 48.

38 RODRIGUES, op. cit., p. 10.

39 SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

40 MENEGUELLO, op. cit.

imprimiu aos trabalhadores brasileiros um avanço significativo da independência de classe.

“Os proletários já não pedem licença aos seus ‘aliados’ burgueses para sustentar suas causas. Fazem-no de modo próprio, com sua própria linguagem, e com os métodos de luta próprios, que estão aprendendo ou refinando. Alcançaram, portanto, o apogeu da fase do desenvolvimento independente de classe e podem mover com maior facilidade as ‘alavancas do futuro’.”⁴¹

De fato, o desfecho histórico deste processo de conflito, a criação da CUT e do PT, parece indicar que as posições ideológicas em disputa ultrapassavam em muito os limites do formalismo institucional. Não se queria somente a ampliação de direitos, mas refundar o Estado brasileiro a partir de uma nova correlação de forças. O veículo necessário a estes agentes seria justamente o partido político, e nisso há acordo com as observações de Meneguello.

E justamente aqui impõe-se uma outra questão. Já não havia um partido que combatia abertamente a ditadura, e que inclusive havia alcançado importantes vitórias eleitorais? Em outros termos, parece ser pertinente perguntar: por que o PT?

O intenso calendário de mobilizações sociais a que temos nos referido delineou no seu percurso os contornos dos organismos da contra-hegemonia, fundamentais como alicerces necessários aos confrontos de classe no plano da sociedade civil brasileira.⁴² Foi nesta experiência que se verificou a necessidade de organização de um partido. Mencionamos repetidas vezes o trabalho de Eurelino Coelho porque nele há uma ideia preciosa, quando revela que em torno da proposta de criação do PT estariam gravitando diferentes movimentos. Coelho repara que, antes mesmo do discurso de Lula no sindicato dos petroleiros na Bahia, em janeiro de 1978 o movimento chamado “Convergência Socialista na Luta por um Partido Operário Socialista” (que depois se tornaria simplesmente “Convergência Socialista”, como uma das correntes internas do PT) lançou a proposta de organizar um partido legal, amplo e heterogêneo (capaz de incluir setores reformistas) que traduzisse a articulação recente da esquerda brasileira. Pouco depois, durante as manifestações do 1º de maio em 1978, foi a vez do jornal “O Trabalho”, editado pelo grupo “Organização Socialista Internacionalista”, trazer na sua matéria de capa um texto em defesa da luta por um partido operário.⁴³ Isso sem contar os inúmeros coletivos de base dos sindicatos que levavam palavras de ordem semelhante às grandes manifestações e o caso já mencionado do “ABCD Jornal.”

Desta forma, o que propõe Coelho não é procurar qual desses grupos chegou primeiro na corrida em torno da causa do PT, mas notar que a necessidade de construção de um partido dos trabalhadores foi imposta, de forma mais ou menos simultânea, por diversos “sujeitos” e em várias

41 FERNANDES, op. cit., p. 47.

42 Aqui retornamos à noção de sociedade civil proposta por Gramsci, ou seja, às organizações sociais com participação direta nos confrontos entre diferentes projetos políticos de sociedade.

43 COELHO, op. cit., pp 50-51.

regiões do país.⁴⁴ Esta proposição trazida por Coelho é fundamental para se perceber o PT como um amplo movimento dos trabalhadores no país, e também porque nos fornece importantes elementos para olhar em direção à Baixada Fluminense. Se é fato que o PT tinha proporções de classe, ambicionamos encontrar nesta região movimentos que, no mesmo período, estivessem sintonizados com a formação do partido, e provavelmente a partir de premissas próprias.

Assim, acompanhando também o raciocínio do autor, torna-se fácil observar que no ato de atribuir ao sindicalismo industrial paulista a ascendência sobre o partido, ficam obscurecidas as outras experiências concomitantes cujas ambições relativas à construção de um partido operário não eram menores. Isto também mostra que as disputas sobre como se deveria organizar o novo partido estiveram presentes desde o início de sua vida, e que, portanto, responsabilizar o grupo de sindicalistas de São Paulo pelo surgimento do PT é, da mesma forma, dar voz somente àqueles cujo projeto se tornaria hegemônico no decorrer de sua história. Segundo sugeriu Hobsbawm, um trabalho mais de arqueologia, embora neste caso nem tão esquerdizante.

Se insistimos nas relações do PT com um amplo segmento da classe trabalhadora brasileira, com sua relativa unidade em perceber a necessidade histórica de insuflar o novo partido, ainda é necessário descobrir que razão seria responsável pelo afastamento destes setores em relação à oposição formal representada pelo MDB. Uma vez estabelecido por nós que é a própria busca por um modo de organização e uma plataforma política comum que caracteriza o existir da classe social⁴⁵, a “nova configuração”⁴⁶ desta classe supõe sua concomitante recomposição também no campo da ação política. A pergunta mais apropriada, então, deveria ser a seguinte: estaria o MDB pronto para se tornar o veículo da reorganização do proletariado brasileiro?

É certo que havia correntes de esquerda no interior do MDB, principalmente as organizações comunistas, mas o partido abrigava também setores das classes dominantes da sociedade que divergiam do controle militar sobre a máquina de estado no país. Essa convivência era possível em torno da tese de que para derrotar a ditadura seria indispensável uma ampla frente contra o autoritarismo, como a sustentada no Brasil pelo PCB. Trazemos, a título de exemplo, um trecho da Voz Operária nº 151 de 1978 (órgão de publicação do Partido Comunista Brasileiro – PCB):

“O aparecimento de correntes ou de embriões de novos partidos não deve impedir sua unificação no seio do MDB, unificação em torno da plataforma democrática expressa no programa dessa agremiação política de caráter frentista.”⁴⁷

44 Idem, ibidem, p. 51.

45 THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses.” In **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001. NEGRO, A. L. E SILVA, S. (orgs.)

46 Termo utilizado por Éder Sader abordado por nós no capítulo 1. Sader, E. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

47 Retirado de CARONE, Edgard. **O PCB 1964 a 1982**. São Paulo: Difel, 1982, pp. 229-230. Há uma série de outros documentos reunidos neste mesmo livro que reforçam este ponto de vista, principalmente a nota do PCB em relação às eleições de 1978.

Desta maneira se construiu a seguinte contradição: ao mesmo tempo em que um revigorado movimento popular se dispunha a demarcar os embates de classe no país, a esquerda do MDB se punha num movimento conciliatório e transformava a democracia na bandeira de unidade entre as oposições. O PCB, deste modo, propunha um rebaixamento tático do movimento, e aqui forçamos um inusitado paralelo em direção às teses defendidas por Rachel Meneguello, pretendendo posicionar os sujeitos coletivos representados no PT frente a uma luta restrita à ampliação dos direitos, ou relativa à cidadania. Parece-nos claro que havia um importante distanciamento entre os movimentos em ascensão e a disposição da esquerda do MDB de embarcar na nova “configuração de classe”.

O ponto em que pretendemos chegar está assim posto por Coelho:

“O novo sujeito, que emergia da experiência das lutas, reconhecia a si mesmo como classe trabalhadora e sublinhava esta identidade ao apresentar-se na cena pública. (...)Aqui o que nos interessa é indicar que esta demarcação, formulada a partir da experiência concreta dos sujeitos em suas lutas, não só não corresponde mas é, até certo ponto, incongruente com a demarcação central postulada pelos defensores da tese da frente de oposições, que era estabelecer a polaridade entre os que se colocavam a favor ou contra o regime, independentemente da condição de classe.”⁴⁸

Temos este mesmo entendimento. O PT era necessário para uma importante parcela da esquerda brasileira afinada com os principais movimentos de massas surgidos no país, necessário para o processo em curso de rearranjo das estruturas de classe no Brasil. O PT foi escolhido como o meio através do qual os trabalhadores iriam edificar o seu projeto universal de sociedade, contraposto ao projeto burguês dominante, como também observou Gelsom Almeida.⁴⁹ É essa mesma situação histórica que demarca a criação do PDT, partido que disputaria com o PT os segmentos mais avançados da classe, recuperando a antiga tradição organizativa do PTB e mesclando-a com as novas diretrizes do movimento socialista internacional.

E aqui se anuncia o último problema identificado por nós na bibliografia corrente sobre o partido. Nos remetemos ao crescimento experimentado pelo PT que teria descaracterizado o partido como representante da classe trabalhadora. Esta questão implica numa abordagem em dois sentidos.

O primeiro deles, é que esta proposição deriva da observação de que os organizadores do PT eram os integrantes do “novo sindicalismo”, que se articularam no transcórre do momento de maior embate político das greves. Acreditamos já ter apontado as falhas destas considerações, argumentando que o PT nascera bem mais amplo e contraditório do que se supunha, incorporando setores da sociedade brasileira que iam muito além do “novo sindicalismo” paulista (e estamos determinados a corroborar com esta tese através do nosso estudo sobre a Baixada Fluminense).

A segunda exige considerações um pouco mais abrangentes. Como sugere a leitura obra de

48 COELHO, op. cit. p. 46.

49 ALMEIDA, op. cit. p. 146.

E. P. Thompson, a utilização do termo classe social em pesquisas históricas necessita de alguns cuidados. Há um perigo de conjugar as classes sociais apenas a partir do lugar ocupado pelos homens no momento da produção social, o que põe em lados opostos exploradores e explorados mesmo que estas pessoas não reflitam sobre essa condição de sua existência. A classe, neste sentido, se tornaria um modelo abstrato, talvez de tipo ideal, com uma natureza apriorística derivada das engrenagens econômicas da sociedade. Eric Hobsbawm chama atenção para o fato de que Marx já teria percebido as limitações desta primeira aproximação de uma teoria das classes sociais, e caminhou em direção a uma solução satisfatória ao problema através da “consciência de classe”, que se reporta às condições subjetivas e seu auto-reconhecimento como classe social.⁵⁰ Assim, as relações sociais fundamentais do sistema capitalista, a partir da reprodução do capital através da exploração de sobretrabalho, indicam apenas o conflito latente entre classes sociais.⁵¹

Sobre isso, insistimos que, se é necessário tomar precauções a respeito de uma concepção mecânica das classes sociais, não é menos verdade que o capitalismo e sua voraz expansão social dos mercados produziu uma realidade histórica onde a interdependência dos homens e mulheres é enorme. O fenômeno, também conhecido por divisão social do trabalho, fez com que unidades sociais autônomas sobrevivessem apenas remota e periféricamente, o que quer dizer que os homens para sua própria sobrevivência passaram a depender muito de outros homens.

“Em outras palavras, no capitalismo a classe é uma realidade histórica imediata e em certo sentido vivenciada diretamente, enquanto nas épocas pré-capitalistas ela pode ser meramente um conceito analítico que dá sentido a um complexo de fatos que de outro modo seriam inexplicáveis.”⁵²

Outros textos clássicos trataram de desenvolver melhor este raciocínio em função das realidades sociais contemporâneas.⁵³ Para estes autores, a consciência de classe não se manifestaria apenas no intelecto de trabalhadores e burgueses, mas implicaria também a constituição de organizações formais, capazes de aperfeiçoar o programa da classe e de pôr em movimento as lutas classistas. O importante é assinalar que as lutas proletárias no Brasil do final da década de 70, em nossa opinião, indubitavelmente tinham motivações de classe. A construção do PT, portanto, faz

50 HOBBSAWM, E. J. “Notas sobre a consciência de classe” In **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 34.

51 “Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe”. MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 115-6.

52 HOBBSAWM, op. cit., p. 37.

53 No nosso caso, identificamos as contribuições de LÊNIN, V. I. “Que fazer?” In **Obras escolhidas**. São Paulo: ed. Alfa-Ômega, 1982, principalmente no capítulo 2 – “A espontaneidade das massas e a consciência social-democrata”; e também de GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, volume 3, edição de Carlos Nelson Coutinho, especialmente o corpo do primeiro caderno (caderno 13).

parte deste esforço da classe trabalhadora de construir seus mecanismos para a disputa de hegemonia, ou para atuar no amplo espectro da sociedade civil.

Isto posto, o que exatamente alguns autores queriam estabelecer com a afirmação de que o PT se ampliou em direção à classe média? O termo “classe média”, utilizado sem uma definição própria, nos parece estar relacionado à renda ou faixa salarial do trabalhador. Em nossa opinião esse dado não é oportuno para interpretar os conflitos de classe em sociedades capitalistas. Afinal, não seria possível imaginar que um determinado trabalhador especializado, em cujos ombros recai uma pesada carga de extração de sobretrabalho, tenha um remuneração mensal digna e, portanto, ainda assim pertença à “classe média”? Ao se dirigir o olhar histórico apenas para a direção da faixa de renda do trabalhador, perde-se do horizonte o sentido da exploração da força trabalho que remunera o capital nas sociedades contemporâneas, e que também forma a base material imprescindível a uma teoria das classes sociais. Se é um importante erro enclausurar a classe apenas nesse aspecto, fixado à sua natureza econômica, o mesmo se pode afirmar sobre sua proposital supressão.

A discussão a respeito da “classe média” parece-nos, desse modo, muito pouco frutífera, e ela, em absoluto, se mostra capaz de eliminar do PT a característica de partido nascido da experiência de classe do proletariado brasileiro e articulador de seu programa político (ou sua consciência). Ao contrário, insistir na utilização desse termo significaria perder o horizonte crítico diante da fala dos próprios “personagens” que compõem o PT, sem relacioná-la com a ambiência histórica que dá sentido às ações coletivas. Está no discurso espontâneo de parte dos militantes de comunidades de base da Igreja reconhecer nos dirigentes sindicais a “classe média”, mesmo entre as categorias mais combativas, como no caso dos metalúrgicos. Isso ocorre porque, normalmente, esses trabalhadores têm carteira assinada e os benefícios das leis do trabalho, o que não acontece com parcela importante do proletariado que reside nos bairros mais pobres.

O outro lado desta mesma questão envolve o grupo também vagamente intitulado como intelectual. E aqui há um suposto interessante, pois estas linhas são por si um trabalho intelectual. Recorremos então, uma vez mais, a algumas reflexões de Gramsci, que põem as relações entre classe social e intelectuais em patamares bastante superiores.

O pensador italiano, em seus estudos durante o cárcere, analisa as relações entre intelectuais e a sociedade a partir de um dilema: seriam os intelectuais um grupo social “autônomo e independente”⁵⁴, ou uma fração especializada das classes sociais historicamente constituídas? Suas formulações se aproximam mais da segunda hipótese, embora a designação do termo *intelectual* nas sociedades modernas comporte uma contradição importante, que é responsável por uma tendência intuitiva à primeira observação. É esta relação essencial do binômio intelectual / classe que nos é valiosa para estudos sobre classe social e o capitalismo contemporâneo.

54 Todos os termos aqui grafados em aspas remetem a termos utilizados pelo autor.

Uma introdução também interessante sobre o pensamento de Gramsci é a sugerida pelo pensador palestino Edward Said, que confronta justamente o autor marxista com uma visão conservadora dos intelectuais, representada por Julien Benda (que considera o intelectual um ser autônomo diante da sociedade). Aliás, Said completa nossa exposição inicial com uma conhecida frase de Gramsci que afirma sermos todos intelectuais – já que o mais elementar e mecânico trabalho manual exige sua premeditação subjetiva, e o ato de pensar cotidianamente – embora nem todas as pessoas desempenhem na sociedade a função de intelectuais (tradicionais ou orgânicos).⁵⁵

Ainda com base no aporte do pensador italiano, Said argumenta que as sociedades industrializadas do ocidente, no mundo de hoje, assistem não só a uma proliferação de intelectuais – no sentido gramsciano – como ao crescimento da dependência da sociedade em relação à estes. São os especialistas de diversas áreas que, hoje, estão à frente da maioria dos processos indispensáveis à reprodução da vida humana.⁵⁶

Para Gramsci todo grupamento social é portador de “camadas” de intelectuais capazes de formular ou organizar um corpo de valores partilhados, que expressem seu nível de articulação e consciência. Assim, podem se personificar no empresário capitalista que apresenta um novo conceito organizativo da produção, no cientista político que propõe uma tese justificando determinada forma de organização social, e assim por diante. O mesmo ocorre no campo da contra-hegemonia, entre os que estabelecem as bases de uma outra proposta de sistema social contraposta à dominante.

O particular destas camadas ditas intelectuais é a preponderância, nas atividades destas pessoas, de uma certa “capacidade dirigente e técnica”.⁵⁷ Se não todos, ao menos uma parte desses intelectuais deve ser capaz de articular ativamente uma proposta geral de organização da sociedade e de seu coletivo social, sendo desta forma intelectuais “orgânicos” ou organizadores das classes sociais. Um exemplo sempre retomado pelo autor é o da categoria dos eclesiásticos (aliás, a Igreja é constantemente visitada por Gramsci em suas reflexões):

“A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (...) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc. A categoria dos eclesiásticos pode ser considerada como a categoria intelectual organicamente ligada à aristocracia fundiária (...).”⁵⁸

A contradição mencionada no início de nossa abordagem se deve ao fato de que esta característica “orgânica” está na essência da função intelectual, a despeito de, na aparência, os

55 SAID, Edward W. **Representações do intelectual**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

56 Torna-se necessário distinguir aqui que não endossamos toda a leitura que Said faz da obra de Gramsci, que muitas vezes percorre caminhos filosóficos tipicamente liberais.

57 GRAMSCI, op. cit., vol. II p. 15.

58 Idem., ibidem., p. 16.

intelectuais parecerem-se com um grupo social autônomo. Os intelectuais se creem apartados da vida comum por terem alcançado um nível extremo de qualificação, por serem dotados de uma capacidade crítica (filosófica) frente ao senso comum. Todavia, muitos não percebem que só tem vitalidade a proposta ideológico/filosófica capaz de existir socialmente, ou de organizar e dar sentido à existência de parcela da sociedade.

A conclusão alcançada pelo pensador italiano é a de que a relação entre os intelectuais e o “mundo da produção” não é simples e linear, mas comporta uma série de estágios intermediários – atravessando todo o caminho percorrido pelas relações de força na sociedade contemporânea (organizada na sociedade civil e política). Ou melhor, na constante disputa de hegemonia, o trabalho intelectual desempenha a função de organizar e dar coesão os diferentes grupos sociais em suas formas coletivas de existência. Seja através de instrumentos de convencimento, de orientação a um determinado comportamento e forma de pensar, seja por meio da coerção, disciplina e obrigatoriedade. Desta forma, o trabalho intelectual e orgânico comporta variações em duas direções: 1) nos diversos graus de organização das “vontades coletivas”, da mais elementar orientação política à mais sofisticada tese filosófica; 2) nas diversas áreas específicas de conhecimento, como nas artes, filosofia, administração e as diversas outras ciências.

Há uma metáfora do mundo intelectual com o militar, apresentada por Gramsci, que esclarece bem os vários estágios de articulação entre intelectuais e classe que intentamos demonstrar:

“O organismo militar, também neste caso, oferece um modelo destas complexas gradações: oficiais subalternos, oficiais superiores, Estado-Maior; e não se devem esquecer os cabos e sargentos, cuja importância real é superior ao que habitualmente se crê. É interessante notar que todas estas partes se sentem solidárias, ou melhor, que os estratos inferiores manifestam um ‘espírito de grupo’ mais evidente, do qual recolhem uma ‘ vaidade’ que frequentemente os expõe aos gracejos e às troças.”⁵⁹

Outras duas teses de Gramsci nos interessa estudar. A primeira é sobre a distinção sugerida pelo autor entre os intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais. O autor insiste que o mais elementar grupamento social produz sua camada de intelectuais orgânicos, citando muito o caso dos camponeses. Há, porém, aqueles cujo projeto político se tornou historicamente anacrônico, cuja existência se deve a resquícios de formações sociais anteriores ao próprio capitalismo. Estes, considerados pelo autor como tradicionais, são pessoas pertencentes a camadas “letradas” normalmente em contato com realidades rurais, defensores de teses conservadoras e não raro ligadas ao pensamento religioso, resistentes às sociabilidades típicas do capitalismo.

A segunda tese, e mais relevante para nossos fins, é a da ligação entre intelectuais

59 Id., *ibid.*, pp. 21-22.

(sobretudo, orgânicos) e os partidos políticos. De acordo com Gramsci, para alguns setores da sociedade é através do partido político que se formam seus intelectuais orgânicos – ou seja, é no corpo partidário de determinado grupamento social que ocorre o desenvolvimento de uma teoria política e filosófica que dá sentido à sua existência coletiva.

Ademais, o partido político corresponde, no espaço da sociedade civil, às funções desempenhadas pelo Estado – proporcionando:

“a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, (...), e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.”⁶⁰

Dessa forma, não há nada de absurdo em se considerar que cada membro de um partido seja um intelectual – pois é um requisito básico se encontrar em acordo com determinadas diretrizes políticas gerais e desempenhar uma função educativa, propagandística e organizacional, todas de “natureza” intelectual. Decorre daí o partido ser o principal veículo de aproximação e fusão entre intelectuais e classe social. Deste modo, concluímos que a incorporação de intelectuais (entendendo a ausência de uma definição precisa como sendo uma referência aos intelectuais orgânicos mencionados por Gramsci) como um movimento previsto e que, de forma alguma, dilui o caráter de classe do PT. Mesmo a suposta participação de intelectuais “tradicionais” em movimentos políticos modernos, significaria o abandono das ideologias tradicionalistas e, portanto, a adoção dos programas políticos formulados e sustentados por partidos de classe.

3. PT, SOCIEDADE CIVIL E GRANDE POLÍTICA.

A tese de Gelsom Almeida também trata de uma outra especificidade em relação ao PT, que é o fato do partido ter aparecido na cena política num momento de alterações importantes no sistema produtivo capitalista e de evidente crise das formações sociais do socialismo “realmente existente”, o que abriu um período de indefinições teóricas importantes no pensamento de esquerda da época.⁶¹

Estudando uma densa bibliografia referente ao assunto, Gelsom aponta que genericamente predominou em alguns estudos acadêmicos a ideia de que essas alterações produtivas mencionadas, casadas com as sucessivas crises econômicas da década de 80 e também ao cerrado controle da

60 Id., *ibid.*, p. 24.

61 ALMEIDA, *op. cit.*, pp. 144-147.

sociedade política exercido pelas frações da classe dominante, poderia se resumir num triunfo da ideologia dominante no Brasil no mesmo período.⁶² Figurava-se, assim, do ponto de vista da esquerda, os anos 80 como uma década “perdida”.

O objetivo de Gelsom é contestar abertamente esta hipótese. Para ele, se é o caso de reparar neste período o início da implementação do programa de reformas neoliberais, é nele também que se forja o principal escopo da contra-hegemonia brasileira e da resistência a este programa, identificado na consolidação do bloco PT-CUT. E é esse bloco que, no decorrer dos anos 80, substituiria a esquerda do MDB como principal articulador da classe trabalhadora brasileira em termos políticos e ideológicos. O esforço da esquerda comunista em acompanhar a criação da CGT, em oposição ao nascimento da CUT, iria mesmo aprofundar o declínio da influência deste campo no movimento sindical brasileiro.

É relevante destacar que os anos de ditadura militar destroçaram as organizações militantes de esquerda existentes, desarticulando o proletariado brasileiro do ponto de vista político. Esse movimento ainda foi estabelecido em conjunto com a crescente proporção de exploração da força de trabalho no país, na conhecida política de arrocho salarial da época do “milagre” econômico. Frente a essa situação, a década de 80 (e também a segunda metade dos anos 70) teria representado o momento de denúncia desta exploração, a rearticulação política dos trabalhadores – passando por cima dos apelos por uma frente única contra a ditadura, e restabelecendo o protagonismo político dos pioneiros sociais.⁶³ Ao contrário de uma década perdida, representou sim uma década de ganhos para a consciência operária no Brasil.

Desta maneira, Gelsom observa:

“Ao longo da década de oitenta o PT buscava manter a sua base classista de forma concomitante com a sua ampliação, mediante a constituição de um programa para o conjunto da sociedade. Esse processo não ocorreu de maneira linear e uniforme, sendo marcado por imprecisões, vacilações e contradições.”⁶⁴

Estas observações nos levam de volta a Gramsci. O que pretendemos é fazer um balanço analítico a respeito da importância do surgimento do PT, principalmente em relação os movimentos sociais que o compuseram. As contribuições teóricas a que estamos nos referindo são decorrentes da observação do partido como meio de intervenção do proletariado na sociedade civil e na guerra de hegemonia.

No tópico 17, caderno 13⁶⁵, Gramsci organiza um método analítico das relações de classe, composto a partir de três estágios de desenvolvimento das relações de força. O primeiro estágio se

62 Idem, *ibidem*, p. 148.

63 ALMEIDA, *op. cit.*, pp. 149-150.

64 Idem, *ibidem*, p. 150.

65 GRAMSCI, *op. cit.*, vol. 3

refere às relações das forças sociais estreitamente ligadas ao momento das estruturas, ou relativo ao desenvolvimento das forças de produção, que cria agrupamentos sociais segundo sua “posição determinada na própria produção”.

O segundo está relacionado com o nível de auto-consciência que atingem estes movimentos, o que segundo Gramsci pode acontecer em graus diferentes: como o mais elementar (econômico-corporativo), fundado na solidariedade; um segundo grau pode ser relacionado com a solidariedade atingindo a todos os membros do grupo social, ainda que somente atuando no campo das necessidades prementes; e o terceiro quando ocorre a mudança qualitativa, que faz esta vontade coletiva superar o corporativo, subordinando outros grupos e o econômico, tornando-se universal e política. É aí que se percebe com maior nitidez a passagem da estrutura típica, fundada na distribuição dos agentes sociais no momento da produção, para o campo da superestrutura ideológica. Gramsci mostra que a ambição em se tornar universal, do programa oriundo das guerras de hegemonia, às vezes pode extrapolar as fronteiras nacionais, sendo as relações de classe um importante componente também das vínculos internacionais entre as nações.

O terceiro estágio é o das relações de força militares, e político militares, sobre as quais Gramsci somente faz alguns apontamentos genéricos.

O importante é assinalar aqui, em consonância com o que já discutimos a respeito de um trabalho histórico ancorado numa teoria das classes sociais, que para Gramsci a experiência de luta, ou a práxis da ação coletiva, é fundamental para o processo de formação da classe. Uma interessante contribuição nesta perspectiva está expressa assim por Giovanni Semeraro:

“De fato, o sujeito político para Gramsci nunca é um ser pressuposto, (...) não é um povo homogêneo, unitário e infalível, portador a priori de uma soberania natural, mas sempre um sujeito concreto que se autoconstitui na práxis, que é instituído pela ação política, pelas capacidade de iniciativa e organização mais socializadoras que soube criar. É a práxis política o verdadeiro lugar de formações de subjetividades, de culturas, de valores, de estruturas e instituições verdadeiramente democráticas, sempre históricas e, portanto, superáveis.”⁶⁶

Nosso objetivo é salientar de forma clara que somente é possível perceber os novos contornos na classe trabalhadora brasileira a partir de uma análise que inclua seus organismos fundamentais, ou os meios através dos quais essa classe se insere nos conflitos de hegemonia. No nosso caso, reforçando as observações de Gelsom, indicamos tratar-se no geral do bloco CUT-PT. É curioso que a formação destas organizações tenham trilhado um caminho semelhante ao indicado acima por Gramsci, partindo-se de movimentos mais próximos à realidade econômica (laços de solidariedade em torno de lutas salariais, por melhorias na estrutura urbana), que se desdobraram

66 SEMERARO, Giovanni. “O marxismo de Gramsci” In BOITO JR. et alii (org.) **A obra teórica de Marx. Atualidade, problemas e interpretações**. São Paulo: Xamã – IFCH (Unicamp), 2000, p. 185.

em direção ao instrumento tipicamente relacionado com a luta política, o partido.

Isso não significa que Gramsci tenha criado um modelo analítico aplicável a todas as realidades sociais, mas que as condições sociais típicas do modo de produção capitalista permitem aos movimentos de contestação à ordem alcançar níveis semelhantes de organização. Seguimos, deste modo, as sugestões do próprio Marx, ou seja, a de observar os fenômenos históricos primeiro a partir de suas características gerais, exercitando a síntese de uma realidade que sempre se apresenta de forma variada e caótica.⁶⁷

É este raciocínio que orientará o nosso olhar para os processos históricos de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. O mistério a se desfazer é examinar de onde surgiram os movimentos sociais nesta região (sabemos de antemão a existência de uma forte tradição sindical ligada ao PCB, e também de uma importante expansão das Comunidades Eclesiais de Base), e partimos já de uma importante bibliografia que trata deste assunto, e em que momento uma práxis política mais “petista” começou a se expandir e quais seriam suas características mais importantes.

Procederemos, portanto, a uma investigação muito semelhante à realizada pelo historiador Antônio Bosi.⁶⁸ Em seu livro – que traduz com alterações sua dissertação de mestrado, o autor estuda as organizações populares de trabalhadores em Monte Carmelo (MG) nos anos 70/80. Antônio tem uma inspiração importante para estudar as relações entre movimentos populares e setores da Igreja Católica no período mencionado. Para ele, o discurso religioso presente nos movimentos sociais dos anos referidos está umbilicalmente relacionado às lutas e interesses populares, não podendo ser, desta forma, desvinculado de suas necessidades. O vínculo religioso teria sido estimulado por alguns missionários como uma porta de entrada para as discussões que envolviam ação e urgências materiais da população envolvida.

Seja por oportunismo populista, ou – segundo as formulações mais conspiratórias – por uma manobra disfarçada de convencimento posta em prática pelos conservadores, “*Igreja e trabalhadores interagiram na formação de uma nova condição de existência política e moral.*”⁶⁹ Utilizando-se de argumentos presentes no livro de Eder Sader⁷⁰, Bosi afirma que as CEB’s viabilizaram uma forma das pessoas se organizarem e estudarem uma situação singular em relação à sociedade capitalista.

Sabemos já que, mais à frente, enfrentaremos situações semelhantes à estudada por Bosi. O que pretendemos enfatizar é que movimentos como este que citamos envolvem um primeiro nível

67 FONTES, Virgínia. “História e modelos” In CARDOSO, C. e VAINFAS, R. **Domínios da história**. Rio de Janeiro, Elsevier, 1997, p. 260.

68 BOSI, Antônio de P. *Os “Sem Gabarito”*. **Experiência de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/MG nas décadas de 1970/1980**. Cascavel, Unioeste, 2000.

69 Idem, *ibidem*, p. 60.

70 SADER, *op. cit.*

de consciência, que se transforma num projeto político para todo o conjunto social quando atinge a formulação de partido.⁷¹

4. A BAIXADA FLUMINENSE – ESTUDANDO DUQUE DE CAXIAS E NOVA IGUAÇU.

O material recolhido por nós é escasso em detalhes a respeito de cada uma das etapas responsáveis pela formação do PT na cidade de Duque de Caxias. Essa deficiência se mostrou difícil de contornar, embora ainda seja um desafio no horizonte de nossas futuras pesquisas.

Em primeiro lugar, procuramos demonstrar que o “novo sindicalismo”, ou a reconstrução de um movimento sindical independente e combativo, esteve presente, forte e mobilizado em nível municipal, atingindo categorias como metalúrgicos, professores e químicos. Em nosso exame foi possível notar, principalmente através do caso metalúrgico, que a influência do PCB era menor que em outros grandes sindicatos estaduais, e que a base local dos sindicatos se encontrava especialmente marcada pela “combatividade”,⁷² o que aproximava esses setores da plataforma de independência de classe sugerida pelos movimentos que compunham o PT.

O estudo de José Cláudio, sobre o catolicismo progressista na cidade de Caxias, nos informa que este campo se aproximou da organização partidária um pouco tardiamente, pressionado pela proximidade da disputa eleitoral de 82. É evidente que essa militância não funcionava apenas em bloco, havendo adesões espontâneas anteriores a esse momento, mas nos parece claro que o grande movimento de militantes católicos e de associações de bairro em direção ao PT, no caso caxiense, ocorreu quando o partido já se encontrava em funcionamento. Essa relação, por outro lado, se numa primeira fase foi motivada pelas disputas institucionais, se transformou efetivamente numa adesão dos militantes ao partido – que se inseriram plenamente nos seus debates internos e sem a conformação de um campo próprio.

Os primeiros militantes formados pelo setor progressista da Igreja a ingressarem no PT, em virtude dos complexos desafios que o novo partido enfrentava, começaram a aderir às suas frações políticas internas. Mesmo quando houve um debate organizado, e, em decorrência, um grande fluxo de militantes oriundos dessa frente para o partido, não ocorre a construção de um grupamento específico ou tendência. De maneira que a militância das comunidades católicas de esquerda aderiu aos grupamentos já existentes, permaneceu independente, ou se reuniu a outras frações, organizando composições maiores. Enfim, há uma trajetória importante após a chegada ao PT que se desdobra no decorrer dos anos 80, que não caberia acompanhar ou descrever.

71 Partido não se refere apenas à sua dimensão institucional, mas ao veículo capaz de dar forma a um projeto de sociedade.

72 Repetimos aqui o termo utilizado por outros autores e pelas fontes, embora seja necessário reconhecer o sentido vago da expressão “combatividade”.

Ainda assim, conclui-se que dois setores foram importantes na formação dos primeiros organismos do PT em Duque de Caxias: as antigas correntes revolucionárias dissidentes, como Convergência Socialista, Ala Vermelha e MEP; e os militantes sindicais que se encontravam em luta contra as consequências da política econômica dos militares para a classe trabalhadora. Numa segunda fase, com surgimento das associações de bairro e a filiação de seus militantes ao partido, apoiados pela ala progressista da Igreja, esses se tornariam sua referência militante hegemônica, embora inseridos numa construção mais antiga em termos organizativos. Sua chegada, todavia, não ocorre em oposição aos processos em curso, mas imergindo-se neles.

Há, portanto, um esforço de síntese imperfeito, pois a reunião dessas diferentes frentes no novo instrumento político significou uma mudança qualitativa nele próprio, embora sua estrutura fossilizasse algumas de suas diferenças que, em nossa opinião, tinham fundamentos ideológicos.⁷³ Isso porque:

“Sem a atividade do homem, criadora de todos os valores, inclusive os científicos, o que seria ‘objetividade’? Um caos, isto é, o vazio, se é possível dizer assim, já que, realmente, se se imagina que o homem não existe, não se pode imaginar a língua e o pensamento. Para a filosofia da práxis [marxismo] o **ser não pode ser separado do pensar**, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto, se se faz esta separação, cai-se numa das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido.”⁷⁴

As fontes relativas a Nova Iguaçu ligam fortemente a organização do PT com a federação de associação de bairros no município chamada MAB. Ela teve atuação destacada na virada das décadas de 70 e 80 e, desde o nascimento, o MAB teve uma ligação muito próxima com a Igreja Católica. Há alguns documentos que reforçam essa importante base militante apoiada na tríade CEB’s-MAB-PT. Reunimos alguns materiais utilizados em discussões coletivas de formação, elaborados por organismos ligados à Igreja ou aos movimentos associativos, onde transparece de maneira clara a inclinação do catolicismo progressista ao PT.

O Centro de Educação Popular – Instituto Sedes Sapientae (CEPIS)⁷⁵ imprimiu uma série de apostilas com o título “Caderno de educação popular”, em cada edição tratando de uma temática diferente relacionada com o trabalho político no movimento popular. Na edição que trata do assunto: “O que é política, partido e a atual reformulação partidária”, de novembro de 1981, fica clara a relação entre os movimentos que destacamos a respeito de Nova Iguaçu. Elas estavam presentes nos cursos de formação, círculos de leituras, CEB’s, associações de moradores, etc. A cartilha do CEPIS em questão ainda reforça a afinidade com os partidos de oposição e com o PT em

73 Ideologia aqui, entendida nos termos sugeridos por Gramsci – como parte integrante da subjetividade de confere sentido à ação dos homens em sociedade. Ver: GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, vol. 1.

74 GRAMSCI, op. cit., pp 174-175. Grifos nossos.

75 Instituição católica que também enviava suas publicações às pastorais da Igreja. As cartilhas eram impressas em São Paulo, assinadas pelas Edições Paulinas. A edição mais antiga encontrada é a de número 3, impressa em 1981.

especial.

“PDS - É a Arena com nome novo. (...) Tem maioria no Congresso Nacional e em quase todos os Estados. (...) Sua força vem da pressão governamental, principalmente através do controle de verbas, e vem também da falta de organização (e consciência política) do povo em muitos lugares do país onde ainda não existe um trabalho de conscientização, ou onde esse trabalho ainda está no começo. (...)”

PP - Tem uma leva de donos de banco na sua direção. (...) No fundo, o PP representa setores que foram beneficiados (e muito) com o regime militar mas hoje propõem uma certa mudança de rumo, com os militares entregando o governo para a chamada ‘classe política’. Querem eleições diretas e jogo político aberto, mas logicamente com a defesa do grande capital e dos grandes lucros. (...)”

PMDB – (...) Representa a união de setores bem diferentes, mas que consideraram continuar unidos num mesmo partido até o fim do regime militar. Tem grandes empresários e setores vinculados à luta popular. (...)”

PT – (...) No começo, o PT falava em construir um partido só de operários, só de gente que usa macacão, o que deixaria de fora todos os profissionais que, mesmo não sendo operários, lutam por uma sociedade que seja controlada por eles. Depois, essa idéia mudou tornando-se mais aberta, porém defendendo no seu programa a busca de uma sociedade mais justa, igualitária, sem exploradores e explorados.”⁷⁶

As definições não só assumem com clareza uma maior simpatia pelo PT, como também destacam, na história específica do partido, o momento em que ele deixa de ser uma proposta original do círculo de sindicalistas do ABC e passa a envolver os movimentos populares e de origem católica. O que o documento da CEPIS mais chama atenção, em relação às qualidades destas novas agremiações de esquerda, é justamente o compromisso que assumem em relação às organizações populares (há um item chamado “Qual a relação entre os partidos políticos e movimentos populares?”). Um número que merece ser mencionado é o Caderno de Educação Popular nº 12 do CEPIS (setembro de 1988), escrito por Frei Betto e com o título: “10 mandamentos da relação fé e política”, que sintetiza de maneira bastante clara a posição dos setores de esquerda da Igreja e de suas pastorais em relação aos movimentos populares e associativos (incluindo o sindical).

O mais volumoso dos materiais de educação popular encontrados por nós, em meio ao acervo de pesquisa reunido por Percival – com documentos utilizados pela militância do MAB, são as cartilhas impressas pela Pastoral Operária, procedentes de locais diversos. Encontramos cartilhas de Duque de Caxias, São Paulo, São Miguel, Vitória, Caxias do Sul e de muitos outros locais, além dos comunicados e boletins que simplesmente não têm referência de origem, podendo ser de qualquer paróquia.

Os conteúdos apresentam algumas variações de ênfase importantes, mas é mais profícuo ao objetivo da pesquisa perceber algumas linhas mestras que orientam estas publicações. A primeira

76 Deixamos fora as definições a respeito de outros partidos porque não interferem de modo significativo nas questões interpretativas a serem levantadas.

delas é que os assuntos litúrgicos e bíblicos não se apresentam em nenhum momento por si, mas em articulação com a vida cotidiana dos trabalhadores e sempre em sintonia com as questões políticas que a envolvem. Uma cartilha da pastoral operária de Duque de Caxias, impressa em 1986, com o título: “Uma espiritualidade de luta, a bíblia e o trabalhador” já o demonstra em seu índice, com itens como “A bíblia e o trabalhador hoje” e “Uma espiritualidade do leigo e da luta”.

Esses documentos, dentro do esforço histórico que procuramos reconstruir aqui, permitem apresentar uma síntese a respeito do PT na cidade de Nova Iguaçu. Antes de tudo, nossa abordagem privilegiou a observação do MAB e isto se deveu a dois motivos: em primeiro lugar, as dificuldades encontradas por nosso trabalho em alcançar fontes de outra natureza; e, ao mesmo tempo, aos indícios bibliográficos e de entrevistas que foram unânimes em insistir no MAB como o principal movimento social da cidade durante os anos 80. O fato deste movimento ter auxiliado os embates sindicais e também contar com uma importante participação de outros partidos reforça a proeminência que tinha nas lutas da classe trabalhadora em Nova Iguaçu.

Contudo, o principal é que os dados reunidos admitem algumas conclusões. A primeira é que o movimento responsável pela organização do PT em Nova Iguaçu não dispunha de uma ampla base sindical, ao contrário do que ocorria em Duque de Caxias. Isto se deve ao fato de Caxias concentrar um parque produtivo mais numeroso que Nova Iguaçu, e também à ligação que os operários que residiam em Nova Iguaçu tinham com o Rio de Janeiro, município onde normalmente trabalhavam. Dessa forma, obteve êxito o movimento por local de moradia – a essência do MAB. Essa conclusão, de forma alguma, autoriza a leitura de que não houve greves ou movimentos quaisquer de natureza sindical na cidade. Como afirmou Percival, pelo menos três categorias estiveram mobilizadas nesse período e contaram com a solidariedade das CEB’s e do MAB – comerciários, bancários e professores, as duas últimas organizadas de forma estadual.

Uma segunda conclusão significativa é a de que a ponte responsável pelo vínculo de parte expressiva da militância de Nova Iguaçu em direção ao PT foram os organismos católicos. A década de 1980 impôs aos movimentos sociais de Nova Iguaçu a necessidade de posicionamento político claro e abrangente, inflexão notada claramente no II Congresso do MAB em 1981. Isso não ocorreria por acaso, o MPT já estava organizado em nível nacional, Brizola lutava pela reconstrução do PTB, e uma série de correntes políticas atomizadas pela repressão militar ensaiavam aproximações e fusões. Era uma época de redefinição das entidades de classe no país, e o MAB estava essencialmente inserido nesse contexto. Estes organismos católicos facilitaram o trânsito de seus militantes para um segundo vínculo, agora partidário, com o PT. Este segmento da Igreja mantinha, pois, uma estreita conexão com a base de militantes, seja através de CEB’s ou Pastorais, mas impulsionava-os para uma atuação política mais ampla. Sem constituir um partido próprio, as CEB’s (e a parcela da Igreja que as apoiava) disseminavam-se no interior do PT e dos movimentos

sociais polarizados pela militância “petista”.

O direcionamento retratado por Eder Sader⁷⁷ dos organismos progressistas católicos em São Paulo no caminho das greves do ABC, a aproximação entre Pastoral Operária e o bloco “cutista” no movimento sindical analisada por Ana M. Doimo,⁷⁸ são partes de uma inclinação desse campo católico ao Partido dos Trabalhadores. Esse posicionamento foi importantíssimo para o caso de Nova Iguaçu, pois era justamente este campo político que dispunha de ampla influência no processo de construção do MAB. Os que não aderiram ao PT, passaram a se alinhar com correntes opositoras ao movimento do novo partido, muitos dos quais como fruto da tradição do PCB na região e do trabalho do grupo de médicos sanitaristas; ou simplesmente se abstinham de organizar-se partidariamente. O irremediável foi a ampla politização do MAB.

5. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Gelsom R. **História de uma década quase perdida: 1979-1989**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2000.
- ALVES, José Cláudio de S. **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder**. São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia, USP, 1998.
- BOITO JR., Armando (org). **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BOSI, Antônio de P. *Os “Sem Gabarito”*. **Experiência de luta e de organização popular de trabalhadores em Monte Carmelo/MG nas décadas de 1970/1980**. Cascavel: Unioeste, 2000.
- CARONE, Edgard. **O PCB 1964 a 1982**. São Paulo: Difel, 1982.
- COELHO, E. **Uma esquerda para o capital**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História, 2005, mimeo.
- FERNANDES, F. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- FONTES, Virgínia. “História e modelos” In CARDOSO, C. e VAINFAS, R. **Domínios da história**. Rio de Janeiro, Elsevier: 1997.
- FOSTER, J. e WOOD, E. (orgs.) **Em defesa da história**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.
- GADOTTI, M. e PEREIRA, O. **Pra que PT – Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, volume 3, edição de Carlos Nelson Coutinho
- HOBSBAWM, E. J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- KECK, Margaret. **A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MATTOS, **Novos e velhos sindicalismos**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- MENEGUELLO, Rachel. **PT. A formação de um partido – 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos. Escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática, 1990.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir (org.) **E agora PT?** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SAID, Edward W. **Representações do intelectual**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- SEMERARO, Giovanni. “O marxismo de Gramsci” In BOITO JR. el alii (org.) **A obra teórica de Marx. Atualidade, problemas e interpretações**. São Paulo: Xamã – IFCH (Unicamp), 2000.
- SILVA, Percival Tavares. **Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974 / 1992**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação,

77 SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

78 DOIMO, op. cit.

1994, mimeo.

THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses.” In **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001. NEGRO, A. L. E SILVA, S. (orgs.).